

A FUNÇÃO DA VÍRGULA NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: DESCONSTRUINDO O MITO DA PAUSA PARA RESPIRAÇÃO

Mariana Almeida Ferreira Lima¹
Orientador: Marcelo Amorim Sibaldo²

RESUMO

O presente artigo investiga a consolidação do mito da vírgula como marcador de pausa para respiração no ensino da língua portuguesa, fenômeno amplamente disseminado em práticas pedagógicas e discursos normativos. A partir da análise de três gramáticas normativas representativas dos séculos XIX, XX e XXI — respectivamente, as obras de Júlio Ribeiro (1885), Cunha e Cintra (1985) e Evanildo Bechara (2020) —, busca-se compreender como essa concepção foi construída, mantida e, gradualmente, transformada ao longo do tempo. Os resultados evidenciam que, no século XIX, a associação entre a vírgula e a pausa para respiração era central e explícita; no século XX, embora tal relação ainda figure de maneira destacada, as orientações normativas já privilegiam aspectos sintáticos e semânticos, promovendo uma abordagem mais multifacetada; por fim, no século XXI, a referência à pausa se torna pontual e secundária, inserida em um tratamento muito mais amplo e coerente com a complexidade funcional do sinal. A análise da BNCC mostra, contudo, que a persistência de orientações vagas e a falta de detalhamento favorecem a continuidade de explicações simplificadoras no ensino. Conclui-se que a superação do mito exige práticas pedagógicas reflexivas, sustentadas em abordagens que valorizem as dimensões sintática, semântica e discursiva da vírgula, promovendo o desenvolvimento de uma competência linguística crítica e autônoma.

Palavras-chave: vírgula; pontuação; ensino de língua portuguesa; gramáticas normativas; mito.

ABSTRACT

This article investigates the consolidation of the myth that the comma functions primarily as a marker for breathing pauses in the teaching of Portuguese, a notion widely disseminated in pedagogical practice and normative discourse. Drawing on the analysis of three normative grammars representative of the 19th, 20th, and 21st centuries — namely the works of Júlio Ribeiro (1885), Cunha e Cintra (1985), and Evanildo Bechara (2020) — the study aims to understand how this conception was constructed, maintained, and gradually transformed over time. The findings reveal that in the 19th century, the association between the comma and the breathing pause was central and explicit; in the 20th century, while this connection remained prominent, normative guidelines began to privilege syntactic and semantic aspects, promoting a more multifaceted approach; and in the 21st century, references to the pause become occasional and secondary, embedded in a much broader and more coherent treatment of the comma's functional complexity. The analysis of Brazil's National Common Curricular Base (BNCC) shows, however, that persistent vagueness and lack of specificity in official guidelines foster the continuation of oversimplified explanations in teaching. The study concludes that overcoming this myth requires reflective pedagogical practices grounded in approaches that value the syntactic, semantic, and discursive dimensions of the comma, thus fostering the development of critical and autonomous linguistic competence.

Keywords: comma; punctuation; Portuguese language teaching; normative grammars; myth.

¹ Licencianda em Letras - Português pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Docente no Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

1. INTRODUÇÃO

No cotidiano das salas de aula brasileiras, poucas regras gramaticais despertam tantas dúvidas, certezas automáticas e explicações simplificadoras quanto o uso da vírgula. Apesar do avanço dos estudos linguísticos, da renovação de propostas curriculares e da circulação de diferentes gramáticas ao longo do tempo, a associação desse sinal de pontuação à pausa para respiração permanece vigorosa. Nesse cenário, Ferreira (2008, p. 156) chama atenção para o que alertam alguns gramáticos: “relacionar o emprego dos sinais de pontuação somente à respiração pode nos levar a cometer erros graves que comprometem o significado do texto”.

A advertência revela a dimensão do problema: reduzir a função da vírgula à marca de pausa fisiológica conduz a um ofuscamento da sua natureza multifuncional e sua importância na construção de estruturas sintáticas e de sentidos. A inquietação que origina este estudo surge da observação desta contradição: por que, mesmo após séculos de desenvolvimento teórico e normativo, o ensino da língua portuguesa insiste em resgatar explicações pautadas quase exclusivamente na oralidade?

Yano (2018), Rodrigues e Gonçalves (2020), Leal e Guimarães (2002) e Ferreira (2008), ao estudarem a evolução do sistema de pontuação, destacam que suas origens remontam à Antiguidade, quando os sinais de pontuação estavam intimamente ligados à leitura oral, marcando pausas durante a leitura em voz alta. No entanto, a partir do século XVI, as noções de pontuação começam a se diversificar, com uma maior sistematização dos sinais e de funções específicas, especialmente após o surgimento da imprensa, que foi crucial para a padronização dos sinais de pontuação. No século XIX, as regras de uso da vírgula passam a ser predominantemente sintáticas – “unir e separar partes do discurso, realizando junções, disjunções, inclusões, exclusões, dependências e hierarquizações no âmbito da organização do texto escrito” (Leal; Guimarães, 2002, p. 132) –, embora ainda persistam explicações associando seu uso à pausa, provavelmente como uma herança de tradições anteriores.

Leal e Guimarães (2002) apontam que, embora seja fundamental analisar o processo de aprendizagem da pontuação, pouco tem sido produzido no Brasil em torno da temática. Nesse mesmo sentido, Yano (2018) observa que, no âmbito dos estudos linguísticos do português, são escassos os trabalhos que investigam o funcionamento histórico do sistema de pontuação, e os poucos existentes concentram-se, em sua maioria, na análise do português medieval.

Ferreira (2008), por sua vez, chama a atenção para a dificuldade que os estudantes têm em compreender o sistema de pontuação, especialmente no que se refere à vírgula, que é

alocada de forma “intuitiva” ou em correspondência às pausas para respirar. Nesse contexto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreender a formação do mito do uso da vírgula como pausa para respiração, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as abordagens de ensino da pontuação.

Dessa forma, a presente pesquisa objetiva investigar a trajetória e a disseminação do mito do uso da vírgula como marcadora de pausa para respiração no ensino da língua portuguesa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, que analisou o tratamento da vírgula em três gramáticas da língua portuguesa – uma anterior ao século XX, uma do século XX e uma do século XXI – além da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto documento normativo. A pesquisa seguiu uma abordagem descritiva e procurou interpretar criticamente os discursos gramaticais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pontuar não é tarefa fácil. Essa dificuldade, longe de ser um acaso, tem raízes profundas. A complexidade desse sistema resulta de um longo percurso de transformações e disputas no modo como se concebe e se ensina a língua. Com efeito, “a complexidade parece ser uma propriedade constitutiva do sistema de pontuação em razão de sua história heterogênea” (Rodrigues; Gonçalves, 2020, p. 226).

Uma das muitas definições possíveis diz que “pontuar é o esforço que o enunciador faz para adequar o discurso escrito para o outro/leitor” (Ferreira, 2008, p. 156), esse esforço, entretanto, não é aleatório, muito menos intuitivo. As regras e concepções de pontuação e vírgula das quais hoje temos conhecimento são, em grande medida, herança das ideias linguísticas difundidas no século XIX, responsáveis por consolidar um modelo normativo mais sistematizado, como evidenciam Rodrigues e Gonçalves (2020). Para compreender como esse modelo se formou, é necessário recuar alguns séculos e observar como a pontuação e, mais especificamente, a vírgula foram concebidas e utilizadas em diferentes momentos da tradição gramatical.

A trajetória da pontuação na tradição ocidental é marcada por diferentes funções atribuídas aos sinais gráficos em cada período histórico, quase sempre em relação direta com as concepções de linguagem e as práticas de leitura e escrita então vigentes. Práticas essas que são distintas das que são predominantes na contemporaneidade, conforme Rodrigues e Gonçalves (2020). De acordo com Yano (2018), é possível dividir essa história em três grandes fases: a Antiguidade clássica, a transição da Idade Média ao século XVII, e o período que abrange os séculos XVIII a XX.

Na Antiguidade clássica, a pontuação não existia da forma como a conhecemos hoje. Rodrigues e Gonçalves (2020) afirmam que, nesse contexto, priorizava-se a habilidade de enunciar discursos oralmente, e a escrita era vista como registro da oralidade. Os textos eram escritos em *scriptio continua* — ou seja, sem qualquer separação entre palavras e sem sinais que indicassem pausas ou transições entre trechos mais extensos. Yano (2018) observa que, antes do século VI, há escassas evidências de que os sinais de pontuação fossem inseridos pelos próprios autores nos textos, estaria a cargo do leitor a interpretação dos escritos e a inserção das devidas pausas.

Achados históricos apontam que pausas prosódicas equivocadas durante a leitura oral já causavam, desde a Antiguidade, alterações no sentido originalmente pretendido, de modo que:

sentiu-se a necessidade de usar sinais de pontuação, os quais foram concebidos como ‘marcadores para respirar’ durante a leitura em voz alta, sendo o ponto no meio da linha a primeira marca pontuacional registrada em textos romanos. Em razão disso, a função pioneira dos sinais de pontuação parece ser essencialmente prosódica, mas não só. (Rodrigues; Gonçalves, p. 230, 2020).

Tanto Yano (2018) quanto Rodrigues e Gonçalves (2020) destacam que, durante esse período, o uso da pontuação era marcado pela heterogeneidade, com sinais de pontuação empregados de forma inconsistente e sem uma correspondência sistemática entre sua forma e função. Há, todavia, segundo Rodrigues e Gonçalves (2020), registros de um sistema pontuacional amplamente utilizado nos manuscritos gregos e romanos, o qual foi reconhecido e difundido pela primeira gramática grega, a de Dionísio Trácio (séc. II a.C.), o sistema dos três pontos. Esse sistema funcionava de maneira simples: um ponto no alto da linha indicava um enunciado completo, um ponto no final da linha denotava um enunciado incompleto, e um ponto no meio da altura da linha indicava a necessidade de pausa para respiração.

Embora os sistemas de pontuação da Antiguidade clássica tenham sido instáveis, suas influências perduraram, especialmente durante a Renascença, quando surgiram novas inovações e a diferenciação das funções dos sinais gráficos, como vírgula e ponto e vírgula. Na Idade Média, a pontuação ainda era pouco sistematizada, sendo muitas vezes associada à pausa respiratória durante a leitura.

Com o surgimento da imprensa, no final do século XV, com composições feitas com caracteres móveis cunhados em metal, houve uma força em direção à padronização do texto escrito e da pontuação. Dessa mudança, resultou “a imposição do uso de um sistema de pontuação mais estável e de domínio público, progredindo em direção a um uso mais lógico-gramatical” (Yano, 2018, p. 19). Os gramáticos passaram a prescrever regras para

escritores e tipógrafos, mas, como apontam Rodrigues e Gonçalves (2020), sem fornecer explicações detalhadas sobre o uso dos sinais.

O século XVIII, impulsionado pelo Iluminismo, marca uma reorientação na pontuação, agora mais voltada à sintaxe e à lógica gramatical. Com a difusão de princípios racionalistas, a pontuação passa a ser vista como um sistema de organização mais estruturado, afastando-se da tradição retórica. Nesse período, os gramáticos começaram a prescrever regras claras, embora ainda com uma explicação limitada sobre o uso dos sinais. A transição para o século XIX consolidou uma maior normatização, com a pontuação sendo definida com base em relações sintáticas, o que tornou os sinais mais coerentes e padronizados. A partir do século XIX, a pontuação deixa de ser apenas uma representação da fala, passando a servir também como um instrumento de organização lógica do discurso, como evidenciado nas primeiras gramáticas filosóficas e no desenvolvimento de regras mais rígidas para o uso dos sinais (Yano, 2018).

Passaremos, a seguir, a nos debruçar sobre o real objeto deste trabalho: a vírgula. Dentro do sistema de pontuação, a vírgula é um dos sinais mais complexos e, ao longo da história, passou por diferentes transformações em seu uso e função. A trajetória do uso da vírgula na língua portuguesa pode ser segmentada em três grandes fases, conforme a periodização proposta por Yano (2018), que se assemelha à análise realizada por Rodrigues e Gonçalves (2020).

No século XVI, a vírgula era pouco sistematizada e seu uso estava fortemente ligado à tradição retórica e à prática da leitura em voz alta. Nesse contexto, “é corrente a noção de que a vírgula, bem como os demais sinais, tem como função primeira marcar pausas e auxiliar na construção de sentido, tendo como base a tradição retórica do latim, para a prática da leitura em voz alta” (Yano, p. 24, 2018). Yano (2018) localiza na *Gramatica da lingua portuguesa* e em *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua Portuguesa* - publicadas, respectivamente, em 1540 e 1574, por João de Barros e Pero de Magalhães Gândavo - menções à vírgula como elemento de distinção e marcador de ritmo e pausas na leitura em voz alta, mas não identifica orientações sobre o seu uso.

Em relação ao século XVII, as análises empreendidas por Rodrigues e Gonçalves (2020), em gramáticas do mesmo período, identificam um papel tanto no modo de enunciação escrito, quanto no modo de enunciação falado. Essas funções dizem respeito, respectivamente, à organização visual das partes, e à “pausa diretamente relacionada à necessidade fisiológica de respirar” (Rodrigues e Gonçalves, p. 233, 2020). A função semântica se apresenta implícita nas supracitadas uma vez que ambas servem à garantia da compreensão do texto.

Embora tenha ocorrido uma maior sistematização da pontuação, Yano (2018) analisa que as normas das gramáticas dos séculos XVII e XVIII ainda se assemelham às do século XVI, estando mais ligadas às relações semânticas e prosódicas do que à estrutura das sentenças. Nesse sentido, pode-se observar ainda que:

A respeito dessa função pausal, cremos poder afirmar que há, no pensamento dos gramáticos que viveram no século XVII, uma influência de práticas antigas relacionadas à leitura em voz alta, tendência comum no período arcaico, que guiava o uso dos sinais de pontuação nos textos medievais e que parece se manter no início do período clássico. (Rodrigues e Gonçalves, p. 235, 2020).

No início do século XVIII, a função fônica da vírgula começa a dar lugar às funções semântica e enunciativa. A segunda metade do século XVIII marca uma mudança importante nas gramáticas, muito provavelmente pela influência dos valores racionalistas do iluminismo, passou-se a “haver uma forte atividade metalinguística sobre a norma do português” (Yano, p. 27, 2018). Com o reconhecimento de sua função enunciativa, a vírgula passou a ser justificada pela necessidade de atribuir clareza ao sentido dos enunciados, com um funcionamento mais voltado para os propósitos comunicativos, “agora, o que ganha importância é a análise semântica das unidades a serem delimitadas por esse sinal de pontuação” (Rodrigues; Gonçalves, p. 238, 2020).

No século XIX, as regras de uso da vírgula passaram a ser muito mais sintáticas do que prosódicas, ou seja, a se apoiar predominantemente nas relações gramaticais entre os elementos da oração. A análise de Rodrigues e Gonçalves (2020) identifica dois momentos distintos no uso da vírgula ao longo desse período. No primeiro momento, até meados do século, a vírgula ainda estava associada à função pausal. No entanto, a partir da década de 1870, a função sintática da vírgula passou a predominar. Mesmo com essa mudança, a associação da vírgula com a pausa ainda aparece, embora Rodrigues e Gonçalves (2020, p. 241) apontem que essa função “parece ter sido apenas uma tradição transmitida 'de uns para os outros'”, dado que, a partir da década de 1870, as regras de uso tornaram-se estritamente sintáticas.

A partir do momento em que a função sintática da vírgula se torna predominante, ela começa a ser empregada de maneira mais estruturada para organizar as partes do discurso. Yano (2018) sistematiza de forma detalhada as funções da vírgula que identifica descritas em gramáticas da época:

Sobre o sinal de vírgula, particularmente, ele serve tanto para marcar uma pausa de curta duração, como separar elementos que exercem a mesma função sintática, como sujeitos, complementos, adjuntos ou orações coordenadas, não introduzidos por uma conjunção aditiva ou disjuntiva; elementos que exercem funções sintáticas

diferentes, como apostos, vocativos, elementos repetidos, adjuntos em posição inicial, orações relativas explicativas ou orações parentéticas; indicar a elipse de uma palavra ou um grupo de palavras; e separar orações adverbiais e orações reduzidas. (Yano, 2018, p. 31).

O estudo da vírgula ao longo do tempo revela que, em nenhum momento, houve uma função única atribuída a esse sinal de pontuação. Em cada período, houve uma predominância de alguma ou algumas funções sobre outras, mas, mesmo quando uma função parecia ter exclusividade, as demais continuaram presentes de forma subentendida ou implícita. Como observam Rodrigues e Gonçalves (2020), essa complexidade reflete a multidimensionalidade da vírgula, ou seja, o fato de que diferentes dimensões da linguagem, como a sintática, a fônica, a semântica e a enunciativa, atuam simultaneamente no ato de pontuar. Assim, ao longo do tempo, o que se observou foi um acúmulo de funções atribuídas à vírgula, refletindo as mudanças na gramática, na sintaxe e na própria concepção de linguagem.

A multidimensionalidade dos sinais de pontuação — já evidenciada ao longo da tradição gramatical — se revela também na análise dos diferentes materiais que buscam explicá-los e ensiná-los. Como aponta Kleppa (2022), as noções de função atribuídas à vírgula e aos sinais de pontuação não apenas mudam ao longo do tempo, mas variam significativamente conforme o tipo de obra consultada: gramáticas normativas, manuais de uso e abordagens literárias frequentemente trazem perspectivas distintas, ora convergentes, ora conflitantes.

Nas gramáticas normativas, Kleppa (2022) observa que a vírgula e demais sinais são, em geral, classificados segundo critérios de pausa, entoação ou intenção do falante. Essas obras tendem a enfatizar uma relação direta entre fala e escrita, apresentando a pontuação como um sistema de marcas que espelham as pausas e a expressividade da oralidade. Não há consenso sequer sobre o inventário dos sinais, e as funções atribuídas a eles oscilam entre o registro da pausa, a indicação de entoação e o sinal de intenção ou emoção. Quase sempre, os exemplos trabalhados estão restritos ao nível da sentença isolada, descontextualizada do texto, reforçando uma abordagem normativa e limitada.

Nos manuais e guias de pontuação, Kleppa (2022) observa grande diversidade de abordagens: alguns permanecem presos à tradição normativa, focando em regras e tipologias de erros, enquanto outros reconhecem o potencial expressivo da pontuação, incorporando elementos da oralidade como entonação e pausas, especialmente diante dos gêneros digitais. Já no campo literário, autores contemporâneos utilizam os sinais de forma criativa e autoral, atribuindo-lhes funções estilísticas, rítmicas e discursivas, demonstrando que a pontuação, particularmente a vírgula, pode atuar como recurso estético e inventivo.

Assim, reconhecendo a diversidade de usos da pontuação entre diferentes gêneros e contextos históricos, Kleppa (2022) entende que seu ensino deve ser integrado às aulas de leitura, produção textual e análise linguística, e não tratado de forma isolada. Com base nesse entendimento, a autora apresenta um conjunto de sugestões para o ensino da pontuação.

Kleppa (2022) destaca, inicialmente, que o professor deve compreender os sinais de pontuação como parte de um sistema, no qual certos elementos podem exercer funções semelhantes. A partir dessa concepção, uma proposta de atividade em sala de aula seria promover a substituição de sinais de pontuação em um texto e analisar as alterações de sentido provocadas. A autora sugere ainda a valorização de usos inovadores da pontuação, estimulando os alunos a experimentarem um estilo próprio, como exemplo, cita autores que utilizam o ponto final apenas para marcar o fim de capítulos. Para tanto, “importa perceber que a pontuação pode ser colocada a serviço da intenção comunicativa do autor” (Kleppa, 2022, p. 586).

Embora muito se tenha estudado acerca do uso da pontuação ao longo dos séculos, e muito se tenha avançado, percebe-se pouco sucesso no ensino das regras de pontuação, de acordo com Ferreira (2008). Apesar da complexidade do tema, a escola brasileira, especialmente por meio de suas práticas de ensino e materiais didáticos, ainda perpetua uma visão simplificada da pontuação. Ferreira (2008) destaca a recorrência de erros elementares de pontuação nos textos dos alunos e que, ao usarem a vírgula, frequentemente o fazem de forma intuitiva, baseando-se nas pausas respiratórias da fala.

Nesse contexto, analisar os impactos do mito da vírgula como marcadora de pausa exige não apenas reconhecer suas origens históricas e normativas, mas também compreender como essa explicação foi — e em certa medida continua sendo — apropriada por professores e alunos na sala de aula. A persistência dessa abordagem, apesar das críticas já presentes em estudos linguísticos e educacionais, revela um desafio conceitual e um obstáculo prático à constituição de sujeitos leitores e produtores de texto mais autônomos, críticos e criativos.

Nesse contexto, Leal e Guimarães (2002) supõem que, relacionadas às dificuldades dos alunos em pontuar, estejam também as dificuldades dos professores. Desse modo, as autoras empreenderam uma pesquisa com o intuito de “averiguar se os professores têm dificuldades com a pontuação de textos e analisar se existe uma tendência a adotar um estilo oral de pontuar” (Leal; Guimarães, 2002, p. 137). A partir da produção escrita dos professores e da categorização das violações normativas, como nomeiam as autoras, quatro categorias são destacadas na pesquisa:

- 1.1 – Erro por uso de pontuação separando termos que do ponto de vista sintático ligam-se diretamente entre si (sujeito e predicado, verbo e objeto, nome e complemento nominal, nome e adjunto adnominal)
 - 1.2 – Erro por uso de pontuação separando orações subordinadas substantivas (exceto as apositivas), pela mesma razão exposta no item
 - 2.1 – Erro por ausência de vírgula em intercalações (de apostos, de expressões de caráter explicativo ou corretivo, de palavras ou expressões coordenativas)
 - 2.2 – Erro por ausência de vírgula em termos deslocados
- (Leal; Guimarães, 2002, p. 141).

Segundo as autoras, nesse cenário pode-se levantar a hipótese de que as funções de organização sintática e suplementação semântica não figuram como centrais para os professores no ato de pontuar. Além disso, os desvios relacionados aos itens 1.1 e 1.2 conduziriam ao entendimento que a alocação de vírgulas estaria orientada por uma tendência mais oral que gramatical. Desse modo, “a pontuação enquanto recurso de estabelecimento de textualidade não parece clara para o professor” (Leal; Guimarães, 2002, p. 143).

Leal e Guimarães (2002) chamam atenção, assim como Kleppa (2022), para as práticas de ensino. As autoras mencionam que não há ênfase no entendimento da pontuação enquanto recurso coesivo quando as atividades de sala de aula se centram em sentenças isoladas e se distanciam de atividades reflexivas que trabalhem o motivo para o uso dos sinais de pontuação tanto na leitura quanto na produção textual dos alunos. Corroboram, portanto, a ideia de que, para além da observação, é fundamental “que os alunos experimentem, produzam, se relacionem ativamente com os sinais de pontuação” (Kleppa, 2022, 585). Contribuem ainda com o estabelecimento do cenário observado, conforme Leal e Guimarães (2002), o aparecimento de explicações pautadas na função prosódica da pontuação em livros didáticos e a separação entre o ensino de leitura e o de gramática.

Passadas duas décadas, as conclusões de Leal e Guimarães (2002) sobre os modos de ensinar a pontuar ainda dialogam com resultados de pesquisas recentes, como demonstra Brandão (2023), ao revisar o estado da arte sobre o ensino da pontuação no Brasil. a vírgula aparece novamente como um sinal de aplicação dificultosa para os estudantes, nesse sentido, a autora explica “A dificuldade em pontuar a vírgula surge por este sinal apresentar uma quantidade de regras das simples às mais complexas” (Brandão, 2023, p. 60).

Os resultados de Brandão (2023) indicam que o ensino da pontuação deve ser conduzido de forma reflexiva e crítica, incentivando o aluno a pensar sobre suas próprias práticas de escrita. Quanto mais esse processo é estimulado, maior tende a ser o envolvimento do estudante com a produção textual, tornando a pontuação um recurso indispensável à construção dos sentidos em cada gênero. Assim, a autora defende que:

É importante que o professor explore em suas aulas as situações nas quais a pontuação é inserida, observando suas funções e mostrando ao aluno que a pontuação tem o seu lugar dentro do texto. É através da didática pautada na construção do pensamento e não na mera soma de memorizações que a criança descobrirá as marcas, passando a utilizá-las em suas produções escritas. (Brandão, 2023, p. 63).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018, hoje, representa o principal documento de referência para amparar a formulação de currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas. Silva (2019) sintetiza que a BNCC tem como objetivo prescrever as aprendizagens essenciais para todos os estudantes ao longo da educação básica, servindo como diretriz nacional obrigatória nas redes de ensino e nas propostas pedagógicas de cada instituição escolar. Nesse contexto, é crucial observar também qual o tratamento dado às questões relativas à pontuação no documento. Ramos e Neves (2021) questionam, portanto, se a abordagem da pontuação na BNCC reflete prestígio ou vagueza.

Ramos e Neves (2021) explicam que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o educando deve ter o primeiro contato com os sinais de pontuação. Os autores identificam na BNCC, em relação à etapa, 12 habilidades relacionadas à pontuação. Dessas, apenas a habilidade EF15LP06 atravessa essa etapa inteira: “Reler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação” (Brasil, 2018, p. 95). Salientam que, apesar da produtividade e do caráter reflexivo da revisão dos textos produzidos, há vagueza no tratamento dado à pontuação, isso se deve ao fato de que não há direcionamento quanto aos sinais que devem ser observados nesse processo. Mencionam ainda que, embora não seja papel da BNCC dispor sobre detalhes referentes à prática docente, é preciso haver “direcionamentos a partir dos quais os professores configurem suas práticas” (Ramos e Neves, 2021, p. 25).

Nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo Ramos e Neves (2021), deve ser desenvolvida a compreensão do caráter multifacetado do sistema de pontuação, consequentemente, dos efeitos de sentido, das relações sintáticas e das implicações prosódicas originadas por sua presença ou ausência. Em relação a essa etapa, ao passo que há habilidades com maior direcionamento do que deve ser tratado, há outras extremamente concisas e até vagas, como:

(EF08LP16) Explicar os efeitos de sentido do uso, em textos, de estratégias de modalização e argumentatividade (sinais de pontuação, adjetivos, substantivos, expressões de grau, verbos e perífrases verbais, advérbios etc.) (Brasil, 2018, p. 191).

(EF06LP07) Identificar, em textos, períodos compostos por orações separadas por vírgula sem a utilização de conectivos, nomeando-os como períodos compostos por coordenação (Brasil, 2018, p. 173).

(EF67LP33) Pontuar textos adequadamente (Brasil, 2018, p. 171).

Para Ramos e Neves (2021) não há uma transição adequada em relação ao tratamento dado à pontuação na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Enquanto no primeiro ciclo

existem algumas habilidades relacionadas à pontuação, no segundo, que corresponde à etapa final da educação básica, há apenas uma: EM13LP15. Nessa habilidade o foco é mais amplo, envolvendo o planejamento, produção e avaliação de textos escritos e multissemióticos. A pontuação, por sua vez, é abordada em conjunto com outros aspectos notacionais, como ortografia, concordância e regência. Dessa forma, os autores recomendam ao docente “ampliar as situações de produção de conhecimento no que diz respeito à pontuação, por meio do acréscimo ao que está proposto nas habilidades encontradas na BNCC” (Ramos e Neves, 2021, p. 30).

Silva (2019) enfatiza que, na BNCC, a pontuação é tratada de forma implícita, aparecendo como parte integrante dos três eixos principais da língua: leitura, produção de texto e análise linguística/semiótica. No entanto, o conceito de pontuação não é explicitado diretamente, sendo sua inserção atrelada aos elementos notacionais da escrita. Ramos e Neves (2021) observam, por sua vez, lacunas no sentido de que deveria haver maior explicitação acerca do que deve ser trabalhado em relação à pontuação. Para além disso, segundo os autores, o tratamento da pontuação como assunto subjacente à sintaxe, relegando a segundo plano as demais funções dos sinais, contribui para a “perpetuação do uso prosódico da pontuação em produções escritas, o que configura apenas uma manutenção do sistema característico do ensino de língua portuguesa no Brasil” (Ramos; Neves, 2021, p. 31).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com o objetivo de investigar a trajetória e a disseminação do mito do uso vírgula como marcadora de pausa para respiração no ensino da língua portuguesa nos séculos XIX, XX e XXI. A adoção dessa abordagem se justifica pela necessidade de interpretar criticamente o discurso presente em gramáticas normativas e documentos oficiais, a fim de compreender como determinadas formulações contribuíram para a consolidação dessa associação equivocada entre pontuação e oralidade.

Em consonância com os princípios metodológicos de Marconi e Lakatos (2017), que defendem a importância da análise crítica e detalhada dos documentos e da revisão sistemática de materiais de pesquisa, esta pesquisa se comprometeu com a análise minuciosa de gramáticas, uma vez que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 216). A adoção dessa metodologia justifica-se pela necessidade de compreender os diferentes contextos de produção dos materiais analisados e extrair sentidos sobre a forma como são descritas e prescritas as regras de uso da vírgula.

3.1. CAMPO E SUJEITOS

Por se tratar de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, não há delimitação de campo físico nem a presença de sujeitos de pesquisa no sentido tradicional. O estudo concentrou-se na análise de gramáticas normativas e documentos oficiais de reconhecida relevância para a constituição da normatização e do ensino da língua portuguesa no Brasil. Foram examinadas gramáticas normativas e documentos oficiais cuja circulação e uso contribuem para a formação de concepções sobre o uso da vírgula. A seleção buscou contemplar diferentes períodos históricos, possibilitando a observação de permanências, transformações e deslocamentos no tratamento desse sinal de pontuação ao longo do tempo.

3.2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um levantamento bibliográfico e documental, com foco em gramáticas normativas que circularam amplamente no Brasil e representam diferentes períodos históricos da tradição gramatical. Buscou-se identificar, nesses materiais, como a vírgula é conceituada e orientada em seu uso, com atenção especial aos enunciados que a associam à ideia de pausa na oralidade, a fim de compreender a persistência dessa concepção na descrição, na prescrição e no ensino da língua portuguesa.

Para compor o *corpus*, foram selecionadas três gramáticas, respeitando como critérios de inclusão: (1) ter sido publicadas pela primeira vez no século XIX, XX ou XXI; (2) possuir edições disponíveis e acessíveis; (3) conter seções específicas dedicadas à pontuação, com menção explícita ao uso da vírgula. Adicionalmente, considerou-se a relevância dessas gramáticas no cenário educacional e metalinguístico brasileiro, seja por sua repercussão em espaços de formação docente, seja por sua presença em materiais didáticos e acadêmicos.

Foram excluídas obras que, embora influentes, não apresentassem capítulo específico sobre pontuação ou não oferecessem orientações sobre o uso da vírgula. Também foram descartadas edições publicadas posteriormente ao século de origem da gramática, a fim de preservar o enquadramento histórico da análise.

Compõem o *corpus* final:

- *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881, 2ª ed. de 1885) – representando o século XIX;
- *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, 1ª ed.) – representando o século XX;
- *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2001, 3ª ed. de 2020) – representando o século XXI.

A análise dos dados seguiu uma abordagem descritiva que, conforme Gil (2017), objetiva primordialmente a descrição de características de um fenômeno. Para além da identificação e descrição, a análise qualitativa procedida procurou interpretar criticamente os discursos gramaticais com base em suas formulações teóricas e normativas, examinando de que modo contribuem para a sustentação do mito da vírgula como pausa para respiração. Foram considerados o conteúdo das obras e os contextos históricos e epistemológicos de sua produção.

4. A VÍRGULA NA GRAMÁTICA DO SÉCULO XIX

A gramática escolhida como representante do século XIX foi a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, de 1881. A edição utilizada foi a 2ª, publicada em 1885, com 362 páginas. A cópia foi consultada por meio do acervo da Biblioteca Digital da UNESP.

A segunda edição é, segundo o autor, “refundida e muito argumentada”. Em prefácio, o autor explica ter abandonado definições abstratas para adotar as mais concretas. Parece indicar um alinhamento com uma postura mais racionalista, em consonância com o que aponta Yano (2018) sobre a produção gramatical da época.

Para Ribeiro (1885), a gramática expõe os fatos da linguagem de forma metódica para que possam ser facilmente aprendidos, não sendo sua função fazer leis ou regras. O autor compreende a estrutura da gramática a partir de uma divisão bipartida: *lexeologia* e *sintaxe*. Essa concepção orienta a organização de sua obra, refletindo uma metodologia sistemática de tratamento da linguagem. A lexeologia, segundo define, trata das palavras isoladamente, em seus elementos materiais ou sonoros, ou seja, contempla tanto a fonologia quanto a morfologia. A sintaxe, por sua vez, ocupa-se das relações entre as palavras na construção das sentenças, considerando a estrutura dos enunciados, sejam eles simples ou compostos por membros e cláusulas.

O termo *prosódia*, já mencionado anteriormente neste trabalho e de grande relevância para as análises envolvendo o uso da vírgula, é definido por Júlio Ribeiro (1885, p. 15) como:

Prosodia é o tratado dos sons articulados em relação à sua intensidade comparativa, quando constituídos em palavras.

Prosodia é o mesmo que accentuação: ambos os termos etimologicamente considerados referem-se à modulação dos sons, porquanto entre os Gregos e entre os Romanos a enunciação era uma como toada melodiosa (1). Nas línguas modernas prosodia tem a accepção restricta da definição. (RIBEIRO, 1885, p. 15)³.

³ Transcrição feita conforme a grafia e a pontuação originais da obra.

A seção dedicada à pontuação na gramática de Julio Ribeiro encontra-se na segunda parte da obra - dedicada à sintaxe -, no Livro⁴ quarto, intitulado “Additamentos”. A localização desse conteúdo em um segmento complementar da gramática pode ser interpretada como indício de que, ainda no século XIX, a pontuação era frequentemente tratada como um apêndice à estrutura frasal, não ocupando lugar central nas descrições gramaticais. Essa organização está em consonância com o que observa Ferreira (2008), ao destacar que, em grande parte das gramáticas conceituadas, o tema da pontuação aparece relegado aos capítulos finais ou ao apêndice, muitas vezes com funções apenas definidas de forma implícita.

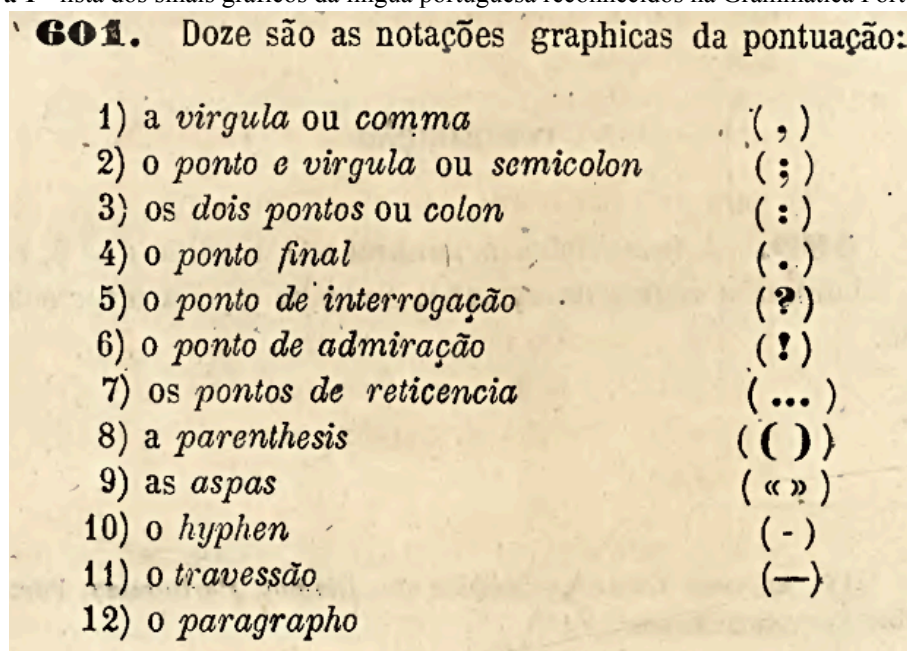
Tal disposição pode refletir uma abordagem ainda ancorada em tradições retóricas, em detrimento de perspectivas sintáticas ou discursivas mais desenvolvidas. Por outro lado, o fato de a obra dedicar um livro específico à pontuação também revela uma preocupação didática em sistematizar o uso dos sinais, o que pode sinalizar um momento de transição rumo a uma normatização mais sólida e articulada com os novos paradigmas linguísticos em consolidação à época.

Logo no início da seção dedicada à pontuação, Julio Ribeiro apresenta uma definição que associa diretamente os sinais de pontuação à organização do discurso e à explicitação das relações entre seus constituintes. Para o autor, a pontuação é “a arte de dividir por meio de signaes graphicos as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre essas partes” (Ribeiro, 1885, p. 316), destacando seu papel na estruturação sintática e na clareza textual.

Ainda na introdução do capítulo, Ribeiro elenca explicitamente doze sinais gráficos, acompanhados de seus respectivos nomes e símbolos — entre eles a vírgula, o ponto e vírgula, os dois pontos, o ponto final, os parênteses, aspas, travessão e hífen — conforme ilustrado na figura 1.

⁴ Ribeiro (1885) divide a Grammatica Portugueza em quatro grandes seções, as quais chama de “livro”.

Figura 1 - lista dos sinais gráficos da língua portuguesa reconhecidos na Grammatica Portugueza.



601. Doze são as notações graphicas da pontuação:		
1) a <i>virgula</i> ou <i>comma</i>		(,)
2) o <i>ponto e virgula</i> ou <i>semicolon</i>		(;)
3) os <i>dois pontos</i> ou <i>colon</i>		(:)
4) o <i>ponto final</i>		(.)
5) o <i>ponto de interrogação</i>		(?)
6) o <i>ponto de admiração</i>		(!)
7) os <i>pontos de reticencia</i>		(...)
8) a <i>parenthesis</i>		(())
9) as <i>aspas</i>		(« »)
10) o <i>hyphen</i>		(-)
11) o <i>travessão</i>		(—)
12) o <i>paragrapho</i>		

Fonte: Ribeiro (1885, p. 316).

A enumeração sistemática desses sinais indica um esforço normativo e classificatório, característico das gramáticas da segunda metade do século XIX. Apesar de a pontuação figurar em uma seção complementar da obra, tal organização não desqualifica sua relevância no conjunto da gramática; ao contrário, indica uma tentativa de consolidar uma abordagem metódica e abrangente para os recursos gráficos da escrita, inserindo-os em um sistema coerente com os paradigmas linguísticos em transição naquele período.

A seção dedicada à vírgula está estruturada em duas partes, na primeira, “Usa-se da vírgula” (§602) e Julio Ribeiro propõe oito orientações que revelam uma tentativa de normatizar o uso desse sinal:

- Entre palavras, membros e cláusulas na mesma relação.
- Antes e depois de qualquer palavra, frase ou cláusula que pode ser suprimida sem alterar o sentido.
- Depois de uma cláusula indispensável ao sentido, mas que seja bastante extensa (vírgula de respiração).
- Para substituir um verbo subentendido.
- Depois de muitos sujeitos iguais em força de expressão, quando entre os dois últimos não há a conjunção “e”.
- Depois de conjunções como *mas*, *ora*, *pois*, *porquanto*, *todavia*, *quando*, *si*, *quando* iniciam a sentença e se deseja insistir sobre seu significado.

- Depois de advérbios e locuções adverbiais (assim, então, demais) usados no início de sentença com valor de conjunção.
- Depois de “sim” ou “não” colocados no início da sentença.

O autor não se limita à explicitação das regras: suas justificativas e exemplos expõem uma compreensão que mescla organização estrutural e estratégias de clareza discursiva, sem deixar de recorrer à dimensão fônica do texto.

Entre as regras de uso, Ribeiro destaca que a vírgula deve ser empregada para separar orações coordenadas adversativas e conclusivas, bem como membros da oração com o mesmo valor lógico — situações em que o critério é nitidamente sintático. No entanto, já nesses casos, observa-se a presença da lógica do sentido, o que confere uma dimensão semântica implícita: ao afirmar que os membros têm “igual valor lógico”, o autor mobiliza uma relação de equivalência significativa entre os termos, o que extrapola a mera forma sintática.

Destaca-se ainda a orientação segundo a qual a vírgula deve ser usada após cláusulas longas que, embora essenciais ao sentido da frase, exijam uma pausa para respiração. Essa formulação evidencia de forma clara a permanência da função fisiológica da vírgula. O critério não se baseia em uma estrutura sintática nem em uma mudança de sentido, mas sim em uma pausa determinada pela necessidade de fôlego do leitor. É possível afirmar que, ao fazer tal recomendação, Ribeiro reitera uma das raízes do mito da vírgula como pausa para respiração, ainda que não o faça como única justificativa para o uso do sinal.

Já nas regras para a omissão da vírgula, em “Omitte-se a vírgula” (§603), Ribeiro destaca três situações em que o uso da vírgula deve ser evitado:

- Entre partes ligadas por *e*, *nem*, *ou*, salvo se forem muito extensas.
- Depois do último de muitos sujeitos quando se chega a ele por gradação.

Ao tratar das situações em que a vírgula deve ser omitida, a dimensão fônica reaparece com ênfase. A primeira regra afirma que não se deve empregar vírgula entre orações ligadas por “e”, “nem” ou “ou”, exceto se forem muito extensas, “a ponto de cansarem o leitor” — ou seja, a inserção da vírgula se justifica pela fadiga respiratória causada por um enunciado longo, e não por fatores gramaticais. O entendimento do que seria uma sentença “muito extensa” é subjetivo, uma vez que o autor não define esse conceito nem estabelece qualquer métrica ou parâmetro objetivo. Essa justificativa apoia diretamente a noção da vírgula como um marcador fisiológico, o que reforça a ideia de que, mesmo em um momento de maior racionalização das regras, o ensino da vírgula ainda era apoiado em critérios subjetivos e orais.

Outro ponto importante é a recomendação para evitar o uso da vírgula “entre termos que se ligam intimamente”. Ainda que o autor não explicita quais são essas ligações, a formulação indica um critério de natureza semântica-discursiva, pois supõe que há, entre os elementos, uma unidade de sentido ou de progressão textual que não deve ser interrompida por uma marca gráfica.

Assim, a gramática de Julio Ribeiro não apresenta um conjunto de regras puramente sintáticas. Ao contrário, sua proposta de normatização da vírgula conjuga múltiplas dimensões — sintática, semântica, discursiva e fônica —, registrando um sistema ainda em formação e fortemente influenciado pela tradição oral. Esse caráter multifuncional se alinha à noção de multidimensionalidade da pontuação, como discutido por Rodrigues e Gonçalves (2020), em que diferentes camadas da linguagem atuam simultaneamente no uso do sinal.

5. A VÍRGULA NA GRAMÁTICA DO SÉCULO XX

A gramática selecionada como representante do século XX é a *Breve Gramática do Português Contemporâneo* (BGPC), de Celso Cunha e Lindley Cintra, cuja primeira edição foi publicada em 1985 e conta com 486 páginas, seccionadas em 22 capítulos. Essa obra foi produzida por dois renomados gramáticos, ambos com significativa influência na tradição metalinguística brasileira e portuguesa.

O prefácio da gramática evidencia a preocupação dos autores em oferecer um manual sintético, porém abrangente. Os autores propõem uma abordagem normativa, mas também atenta às variedades contemporâneas (à época) do português, incluindo observações sobre diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal. A organização da obra é tradicional, abarcando fonética, morfologia, sintaxe, semântica e estilística, e o texto é marcado por clareza e objetividade.

A seção dedicada à pontuação na BGPC encontra-se no penúltimo capítulo da obra, o Capítulo 21, intitulado "Pontuação". Essa posição indica que, ao longo do século XX, o tratamento da pontuação permanece, em alguma medida, como tópico de fechamento das gramáticas, preservando um possível *status* secundário em relação aos conteúdos centrais de morfologia e sintaxe.

A introdução do capítulo dedicado à pontuação na BGPC chama atenção pelo destaque conferido à função prosódica dos sinais gráficos. Logo nas primeiras linhas, os autores afirmam que “a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir esta carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (Cunha; Cintra,

1985, p. 429), explicitando uma concepção de escrita como, primordialmente, representação da fala.

Essa perspectiva inicial, portanto, pode conduzir ao entendimento simplificado da pontuação como um reflexo da oralidade, priorizando a marcação gráfica de pausas e entonações em detrimento de funções mais complexas, como as de natureza sintática, semântica ou discursiva. Dessa forma, cabe observar, ao longo do capítulo, se essa centralidade da oralidade e da pausa prosódica permanece como referência predominante nas orientações práticas sobre o uso da vírgula, ou se, ao contrário, o detalhamento das regras revela uma ampliação das funções do sinal, incorporando dimensões mais sintáticas, semânticas ou discursivas na abordagem da pontuação.

O capítulo é dividido em duas seções principais: a primeira, dedicada aos “sinais que marcam sobretudo a pausa” — como a vírgula, o ponto e ponto e vírgula —, e a segunda, aos “sinais que marcam sobretudo a melodia” — é o caso dos dois pontos, ponto de interrogação, do ponto de exclamação, das reticências, das aspas, dos parênteses, dos colchetes e travessão.

A seção dedicada à vírgula na BGPC é estruturada de modo sistemático, apresentando orientações organizadas em duas grandes frentes: o uso da vírgula no interior da oração e entre orações.

No interior da oração, Cunha e Cintra (1985) distinguem três situações principais:

1. Separação de elementos com a mesma função sintática (como sujeitos compostos, complementos e adjuntos), quando não ligados por *e*, *ou*, *nem*.
2. Isolamento de termos que exercem funções sintáticas diversas, em especial: o aposto ou qualquer elemento de valor explicativo, o vocativo, elementos repetidos e adjunto adverbial antecipado.
3. Separação, na datação de um escrito, do nome do lugar, e indicação da supressão de uma palavra ou grupo de palavras (elipse).

É interessante notar que, nesse último caso, os autores acrescentam uma observação relevante: “quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los” (Cunha; Cintra, 1985, p. 431). Trata-se de uma orientação que remete à extensão do termo, semelhante ao que já propunha Ribeiro (1885); contudo, aqui o critério não está vinculado à necessidade fisiológica da pausa respiratória, mas a uma escolha estilística para realce do elemento, que pode alterar os efeitos de sentido pretendidos pelo autor do texto, evidenciando um deslocamento do plano fisiológico para o discursivo e o semântico.

Entre orações, a vírgula desempenha papel fundamental na organização do período composto, sendo empregada para marcar a articulação e a distinção entre diferentes tipos de orações. Assim, deve ser utilizada para:

1. Separação de orações coordenadas assindéticas.
2. Separação de orações coordenadas sindéticas, salvo quando unidas por “e”.
3. Isolamento de orações intercaladas.
4. Isolamento de orações subordinadas adjetivas explicativas.
5. Separação de orações subordinadas adverbiais, especialmente antepostas à principal.
6. Separação de orações reduzidas de infinitivo, gerúndio ou particípio, quando equivalentes a adverbiais.

A exposição dos autores é acompanhada de exemplos retirados da literatura, o que contribui para a compreensão contextualizada de cada situação. Embora a introdução da seção realce a função da vírgula como marcadora de pausa de pequena duração, o detalhamento normativo demonstra predomínio dos critérios sintáticos e organizacionais, em consonância com o avanço da tradição normativa do século XX.

Além do critério estrutural, são perceptíveis aspectos semânticos e discursivos, sobretudo no isolamento de termos explicativos, de adjuntos antecipados, ou de elementos repetidos, em que se observa uma preocupação com a clareza, a progressão temática e a ênfase textual. Por sua vez, a dimensão fônica não é completamente abandonada, permanecendo sobretudo como referência justificadora nas orientações mais flexíveis (dispensa da vírgula em adjuntos de pequeno corpo, salvo intenção de realce).

Vale ressaltar que a gramática de Cunha e Cintra (1985) não apresenta um quadro específico para situações de omissão ou proibição do uso da vírgula, como fez Júlio Ribeiro em sua *Grammatica Portugueza* (1885), por exemplo. Na obra, assim como se enumeram os casos de utilização da vírgula, enumeram-se também os casos em que o sinal deve ser omitido. As exceções, na BGPC, são tratadas de forma pontual, como ocorre nas orientações para as coordenadas sindéticas introduzidas por “e”. Essa ausência de sistematização das restrições pode ser interpretada como reflexo de um ensino mais prescritivo e positivo, concentrado nos usos permitidos e na autonomia do leitor/escritor.

O conjunto das regras evidencia uma transição para uma abordagem multifacetada da vírgula, que passa a combinar dimensões sintáticas, semânticas, discursivas e ainda resquícios da função prosódica. Essa configuração complexa revela uma preocupação com a clareza, a coesão textual e a organização lógica do discurso, indicando que, na gramática normativa do

século XX aqui analisada, a vírgula assume caráter polissêmico e multifuncional, articulando diferentes camadas do funcionamento linguístico no texto escrito e ultrapassando o entendimento restrito à marcação de pausas ou à função prosódica.

6. A VÍRGULA NA GRAMÁTICA DO SÉCULO XXI

A gramática escolhida para representar o século XXI é a *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (GELP), de Evanildo Bechara, cuja primeira edição data de 2001, aqui analisada em sua terceira edição, publicada em 2020. A obra é composta por 800 páginas, organizadas em 32 capítulos, o que representa uma amplitude significativa na cobertura dos fenômenos linguísticos considerados relevantes para o ensino escolar.

Bechara (2020) destaca no prefácio à primeira edição o propósito de aliar modernidade ao ensino da língua em uma obra atualizada e compatível com as exigências culturais contemporâneas. Nessa edição inicial, o autor enfatiza a necessidade de oferecer uma gramática que não esconda as dificuldades da língua, mas que permita aos alunos enfrentá-las de maneira crítica e informada.

No prefácio à terceira edição, o autor ressalta a preocupação com o desenvolvimento pleno da capacidade comunicativa dos estudantes, em alinhamento às novas exigências linguísticas e culturais do século XXI. Destaca-se ainda, na introdução da obra, o posicionamento sobre a importância de se considerar o contexto comunicativo dos enunciados para a explicação gramatical, indicando uma perspectiva mais funcional e pragmática no tratamento dos fatos linguísticos.

A seção dedicada à pontuação na *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* ocupa o capítulo 28 da obra. Evanildo Bechara inicia esse capítulo explicitando uma definição clara de *pontuação*, adotando diretamente a conceituação proposta por Nina Catach, sinalizando na página. Para Bechara, a pontuação é um sistema de reforço da escrita. Esse sistema é “constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe: gramaticais, entonacionais e semânticas” (BECHARA, 2020, p. 723). Essa definição evidencia um entendimento consolidado da multidimensionalidade e complexidade do fenômeno pontuacional.

Em seguida, o autor esclarece que adota uma concepção restrita para o inventário dos sinais de pontuação, descartando aspectos editoriais e gráficos mais gerais (como títulos, rubricas e margens) e focando especificamente nos sinais gráficos relacionados diretamente ao texto e suas relações internas. Bechara divide tais sinais em dois grupos principais: os

essencialmente separadores (como vírgula, ponto e vírgula, ponto final, interrogação, exclamação e reticências) e os *sinais de comunicação ou mensagem* (como dois-pontos, aspas simples e duplas, travessões, parênteses, colchetes e chaves).

Além dessa divisão principal, Bechara inclui dois subgrupos: os *sinais de pausa que conclui* (ponto, ponto e vírgula, interrogação, exclamação e reticências em função conclusiva) e os *sinais de pausa inconclusa* (vírgula e também dois-pontos, parênteses, travessão e colchetes quando em função inconclusiva). Ao estabelecer essa classificação mais detalhada, o autor põe em evidência uma integração de dimensões sintáticas, semânticas e entonacionais.

O autor reforça ainda a importância da pontuação adequada para o entendimento “correto” do texto, destacando que os sinais gráficos são recursos que organizam princípios de dependência sintática e semântica, além de unidades melódicas e rítmicas que estruturam o discurso escrito. Com isso, alerta para o fato de que o mau uso da pontuação pode prejudicar a clareza e a eficácia comunicativa do texto.

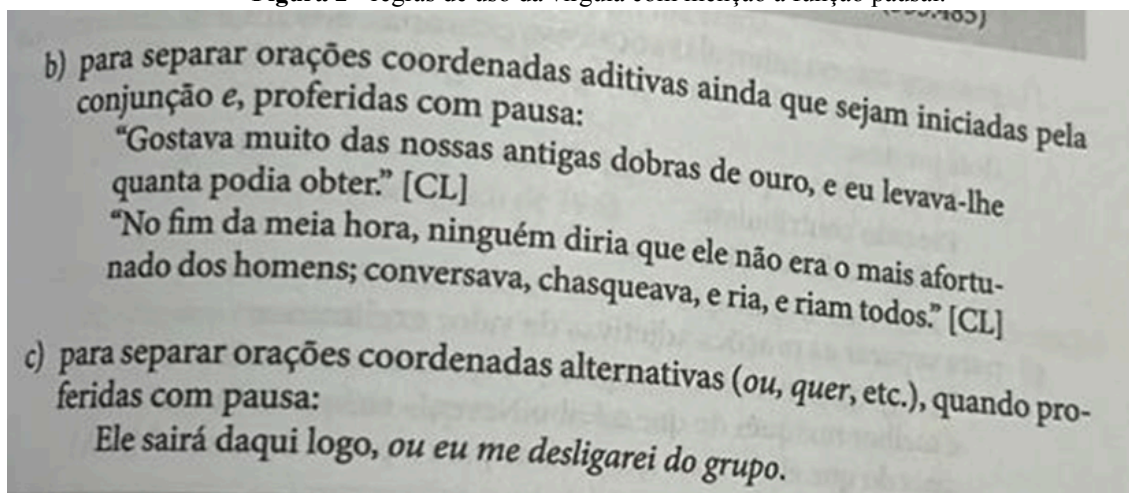
No capítulo 28, o tratamento dado à vírgula é detalhado por meio de um amplo e diversificado conjunto de regras. O autor explicita dezessete situações principais em que o uso da vírgula é recomendado, adotando uma abordagem predominantemente sintática e discursiva, com frequente menção à dimensão semântica e, pontualmente, à prosódica. As situações são as seguintes:

1. Separação de termos coordenados, ainda quando ligados por conjunção, desde que haja pausa.
2. Separação de orações coordenadas aditivas iniciadas pela conjunção “e”, quando proferidas com pausa.
3. Separação de orações coordenadas alternativas, quando proferidas com pausa.
4. Separação de aposições, especialmente quando o aposto é representado por expressão de maior extensão.
5. Separação de repetições, quando estas não têm efeito superlativo.
6. Separação ou intercalação de vocativos.
7. Separação das orações adjetivas explicativas.
8. Separação, quase sempre, das orações adjetivas restritivas de maior extensão, especialmente quando verbos diferentes se juntam.
9. Separação do pronome relativo da oração adjetiva restritiva do termo mais próximo, quando o antecedente é termo mais distante.
10. Separação das orações intercaladas.

11. Separação de adjuntos adverbiais que precedem o verbo ou orações adverbiais intercaladas na oração principal.
12. Separação, nas datas, do nome do lugar.
13. Separação de partículas e expressões explicativas, corretivas, concessivas, continuativas e conclusivas.
14. Separação de conjunções e advérbios adversativos, principalmente quando pospostos.
15. Indicação da elipse verbal.
16. Indicação da interrupção de um segmento natural das ideias para inserção de um juízo de valor ou reflexão subsidiária.
17. Isolamento da expressão deslocada, por meio de vírgula, para desfazer ambiguidade resultante de distribuição irregular dos termos da oração.

O detalhamento das regras práticas propostas por Bechara confirma essa abordagem ampla e dinâmica. Apesar de o autor manter ainda referência explícita à pausa, conforme figura 2, não há mais o caráter eminentemente fisiológico ou limitado à necessidade de pausa respiratória como presente em Júlio Ribeiro (1885). A pausa, para Bechara, figura sobretudo como recurso de expressividade discursiva, elemento complementar à estrutura sintática e semântica do texto, não mais como critério único ou predominante.

Figura 2 - regras de uso da vírgula com menção à função pausal.



Fonte: Bechara (2020, p. 727).

Entre as situações de uso descritas pelo autor, destacam-se aquelas vinculadas à estruturação sintática da sentença e do período composto, como o isolamento de termos coordenados, vocativos, aposições explicativas, orações subordinadas adverbiais e adjetivas explicativas, intercaladas, entre outras. Essa diversidade funcional aponta para a dimensão

organizadora do sinal, que permite a identificação clara das fronteiras entre constituintes do enunciado e contribui decisivamente para a construção de sentido no texto escrito.

Bechara também incorpora explicitamente a função semântica da vírgula ao tratar das ambiguidades que podem surgir na escrita. Em tais contextos, o autor recomenda o uso do sinal para desfazer eventuais interpretações errôneas decorrentes da ordenação irregular dos elementos da oração, evidenciando o papel fundamental da vírgula para garantir o sentido pretendido pelo enunciador.

Outro aspecto relevante é o emprego frequente e expressivo de exemplos retirados de textos literários, revelando preocupação com o uso efetivo e autêntico da língua. Essa estratégia didática auxilia a percepção prática das funções semânticas e discursivas da vírgula, ultrapassando um modelo meramente prescritivo e aproximando o ensino gramatical das situações reais de uso linguístico.

Portanto, o tratamento dado à vírgula por Evanildo Bechara representa uma consolidação do reconhecimento da multidimensionalidade do sinal. A vírgula é claramente apresentada como elemento complexo, essencialmente sintático e discursivo, integrado simultaneamente às funções semânticas e eventualmente prosódicas, demonstrando uma maturação conceitual expressiva na tradição normativa brasileira. Tal abordagem sugere que, no século XXI, as gramáticas normativas não mais reproduzem apenas tradições passadas relacionadas à oralidade e à fisiologia respiratória, mas explicitam uma compreensão sofisticada e multifuncional, extrapolando ainda delimitação sintática, e atuando na construção intencional e clara de sentidos no texto escrito.

7. O ENSINO DA PONTUAÇÃO E DA VÍRGULA NA BNCC DO ENSINO MÉDIO

No contexto das discussões anteriores acerca do tratamento histórico da vírgula nas gramáticas e materiais didáticos, faz-se necessário observar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua redação mais recente (2018), aborda a questão da pontuação, especificamente da vírgula, no Ensino Médio (EM). A escolha por essa etapa da educação básica se justifica pelo fato de que, no Ensino Médio, as habilidades relacionadas à pontuação são mais aprofundadas. Há também uma maior demanda pelo desenvolvimento de uma escrita complexa e, sobretudo, crítica. Para tanto, o uso consciente da pontuação, essencial para organizar o texto e esclarecer os sentidos, torna-se fundamental.

Ao analisar as competências e habilidades propostas no documento, constata-se inicialmente que a vírgula não recebe menção específica e direta no texto da BNCC para essa

etapa da educação básica. O ensino da pontuação aparece apenas em uma referência explícita – como também observam Ramos e Neves (2021) –, presente na habilidade EM13LP15, que determina que o aluno deve:

Planejar, produzir, revisar, editar, reescrever e avaliar textos escritos e multissemióticos, considerando sua adequação às condições de produção do texto, no que diz respeito ao lugar social a ser assumido e à imagem que se pretende passar a respeito de si mesmo, ao leitor pretendido, ao veículo e mídia em que o texto ou produção cultural vai circular, ao contexto imediato e sócio-histórico mais geral, ao gênero textual em questão e suas regularidades, à variedade linguística apropriada a esse contexto e ao uso do conhecimento dos aspectos notacionais (ortografia padrão, pontuação adequada, mecanismos de concordância nominal e verbal, regência verbal etc.), sempre que o contexto o exigir. (BNCC, 208, p. 509).

A expressão “pontuação adequada” é a única menção direta à pontuação, porém é notadamente vaga, sem detalhar quais critérios definem essa adequação ou como se daria a construção desse conhecimento pelos estudantes.

Outra habilidade que se aproxima, implicitamente, do trabalho com pontuação é a EM13LP02, que estabelece a necessidade de reconhecer e utilizar elementos de coesão diversos, que contribuam para a coerência, continuidade e progressão temática dos textos: “Estabelecer relações entre as partes do texto [...] usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações [...]” (Brasil, 2018, p. 506). Nesse caso, apesar de não haver referência explícita à pontuação, pode-se inferir que poderia ser incluída no conjunto de recursos coesivos mencionados pela habilidade, dada a importância do papel coesivo da pontuação. Reforça ainda essa inferência a menção à organização de informações.

Outras habilidades do Ensino Médio, como a EM13LP06 e a EM13LP08, também tratam implicitamente do tema, com referências a usos expressivos da linguagem ou elementos e aspectos da sintaxe, mas novamente sem menção direta aos sinais de pontuação:

(EM13LP06) Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua. (Brasil, 2018, p. 507).

(EM13LP08) Analisar elementos e aspectos da sintaxe do português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as categorias sintáticas, os processos de coordenação e subordinação (e os efeitos de seus usos) e a sintaxe de concordância e de regência, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa. (Brasil, 2018, p. 507).

Na primeira, pode-se entender a participação da pontuação na construção dos efeitos de sentido, dada a função expressiva do sistema. Na segunda, por sua vez, infere-se essa participação a partir do fato de que inversões de constituintes da sentença necessariamente mobilizam a alocação de vírgulas, devido a sua função organizadora e estruturante da informação.

Essa abordagem indireta, somada à ausência de clareza e detalhamento no tratamento dos sinais de pontuação caracterizam o documento por sua evidente vagueza conceitual e curricular nesse aspecto. Tal escolha implica riscos pedagógicos importantes, pois deixa à mercê das práticas locais – e dos materiais didáticos adotados – a responsabilidade por explicitar critérios e abordagens, possibilitando a perpetuação de abordagens reducionistas, como a associação da vírgula à pausa respiratória. Essa leitura da BNCC encontra sustentação nas preocupações levantadas por Silva (2019) e Ramos e Neves (2021), que apontam para essa deficiência do documento em explicitar parâmetros claros para o ensino da pontuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No uso moderno, "mito" também pode se referir a uma crença popular sem base científica, como um boato ou um conceito falso. Não é mentira que a vírgula marca pausas para respirar, mas também não é verdade. Embora isso seja uma concepção muito difundida, ela é um mito. Fato é que a vírgula não marca só a pausa, mas marca também a pausa, e essas pausas não significam só respiração.

A partir das pesquisas que nos fundamentam, como Yano (2018), Rodrigues e Gonçalves (2020), Kleppa (2022) e Ferreira (2008), observa-se que as origens dos sinais de pontuação remontam à Antiguidade, com uma função orientativa para a leitura em voz alta, prática predominante na época. A mudança para a leitura individual, com o advento da imprensa, que demandou a padronização de tipos e possibilitou a massificação da produção e distribuição de conteúdo escrito, impulsionou uma mudança expressiva nas funções da pontuação. Os esforços por sistematização sofreram influência também dos ideais iluministas, refletindo as novas demandas da escrita e da comunicação e concepções vigentes.

Nas análises empreendidas nesta pesquisa, observamos como a vírgula foi tratada por Julio Ribeiro no século XIX, cujas orientações, ainda que influenciadas pela oralidade, já indicavam um avanço em direção ao uso mais estrutural da pontuação, mas sem uma compreensão mais profunda das suas funções. Caminhando para o século XX, as gramáticas de Cunha e Cintra, embora tragam orientações vinculadas à sintaxe e à semântica, ainda definem a vírgula de maneira essencialmente atrelada à oralidade. Em contraste, a obra de

Bechara no século XXI consolida um entendimento do caráter multifacetado da vírgula, para além da simples “pausa respiratória”, o autor reconhece e evidencia sua importância sintática, semântica e discursiva. Bechara, ao sistematizar as múltiplas funções da vírgula, marca uma evolução significativa na tradição gramatical brasileira, posicionando-a como uma ferramenta de organização e clareza no texto.

Ao longo do tempo, a vírgula foi acumulando funções como reflexo das mudanças na gramática e na concepção de linguagem. A simples associação da vírgula à pausa para respiração é uma simplificação excessiva e equivocada. Nesse contexto, o ensino da vírgula, e da pontuação como um todo, em razão de sua complexidade, tem se apresentado como uma tarefa difícil. Muitos educadores, diante dessa complexidade, apegam-se a essas simplificações excessivas ou equivocadas, conduzindo explicações imprecisas que não fazem jus à profundidade do tema. É nesse tipo de situação que o mito da vírgula como pausa para respiração encontra força para se perpetuar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos normativos adotam concepções que entendem que a docência deve ser uma prática reflexiva. A efetivação desse caráter reflexivo nas práticas de sala de aula é fundamental para evitar as compreensões simplistas e conduzir ao entendimento da multidimensionalidade da vírgula, para que então os estudantes consigam fazer uso com sucesso. É preciso, portanto, rever práticas pedagógicas, valorizando o ensino reflexivo e contextualizado da pontuação. As abordagens tradicionais, centradas na oralidade e nas pausas, precisam ser questionadas e substituídas por métodos que entendam a vírgula como uma ferramenta de construção de sentido, de organização do discurso e de clareza textual.

Para nós, professores, cabe, sobretudo, cuidado na seleção dos nossos materiais orientadores e o bom uso deles, atenção às ideias que eles vinculam, leituras atentas, profundas e relacionadas. Que paremos de propagar mitos e sejamos, assim, agentes de uma mudança que reflita não apenas o que se ensina, mas como se ensina, para que a vírgula — e a pontuação como um todo — seja verdadeiramente compreendida em toda a sua riqueza funcional e simbólica.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

BRANDÃO, Bruna Lays Alencar. **A importância do ensino da pontuação nas séries iniciais: fundamentos para a compreensão e expressão escrita**. 2023. 65 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Breve gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

FERREIRA, Ariadna dos Reis Araújo. **Os “sinais de pontuação” são marcas constitutivas do sentido? Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Patos de Minas: UNIPAM, n. 1, p. 151-164, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KLEPPA, Lou-Ann. Para ensinar os sinais de pontuação. **Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 573-591, 2022.

LEAL, Telma Ferraz; GUIMARÃES, Gilda Lisbôa. Por que é tão difícil ensinar a pontuar? **Revista Portuguesa de Educação**, v. 15, n. 1, p. 129-146, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

RAMOS, Victor Bruno de Lacerda; NEVES, José Herbertt. Os sinais de pontuação e a BNCC no ensino de língua portuguesa: prestígio ou vagueza? **Revista FAFIRE**, Recife, v. 14, n. 2, p. 015-033, jul./dez. 2021.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. 2. ed. São Paulo: Teixeira e Irmãos Editores, 1885. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d151c66e-12df-4844-ad34-6013af6ad5e1>. Acesso em: 7 jul. 2025.

RODRIGUES, Aline de Azevedo; GONÇALVES, Maria Filomena. "Que cousa he vírgula?": a mudança nas funções da vírgula em doutrinas gramaticais do século XVII ao XIX. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 225-245, jan./abr. 2020.

SILVA, Anderson Cristiano da. Sinais de pontuação e BNCC: reflexões dialógicas. **Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos**, v. 3, n. 2, p. 63-74, jul./dez. 2019.

YANO, Cynthia Tomoe. **A história do emprego de vírgula do português clássico ao português europeu moderno**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2020.